



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97 – Candelária
CEP 59065-555 – Natal/RN

Telefone/fax: 3232-7136 – e-mail: cgmp@mprn.mp.br

EXCELENTÍSSIMO CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE:

Processo nº 19.283/2018.

INTERESSADO: ROGER DE MELO RODRIGUES.

ASSUNTO: CONSULTA.

PARECER

EMENTA: CONSULTA FORMULADA PELO PROMOTOR DE JUSTIÇA TITULAR DA 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA, DR. ROGER DE MELO RODRIGUES. DROGAS APREENDIDAS NA DELEGACIA SEM QUALQUER SERVIENTIA PARA O CURSO DO INQUÉRITO/AÇÃO JUDICIAL, TENDO EM VISTA QUE NÃO ESTÃO VINCULADAS A NENHUM PROCEDIMENTO. LEGISLAÇÃO QUE DETERMINA QUE AS DROGAS APREENDIDAS, QUANDO NÃO MAIS INTERESSAM A PERSECUÇÃO PENAL E APÓS ELABORAÇÃO DE LAUDO PERICIAL, DEVERÃO SER DESTRUÍDAS NO PRAZO MÁXIMO DE 30 DIAS, A CONTAR DA DATA DA APREENSÃO.

RELATÓRIO

Trata-se de consulta proposta pelo Dr. ROGER DE MELO RODRIGUES, 4º Promotor de Justiça da Comarca de Ceará-Mirim, objetivando saber como o Membro do Ministério Público do Rio Grande deve proceder com relação ao passivo de drogas existentes na Delegacia local, uma vez que não há como saber quais inquéritos e/ou processos estão vinculadas.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97 – Candelária

CEP 59065-555 – Natal/RN

Telefonefax: 3232-7136 – e-mail: cgmp@mprn.mp.br

O Dr. ROGER DE MELO RODRIGUES encaminhou ofício ao Corregedor-Geral do Ministério Público, aduzindo o seguinte: "Cumprimentando-o, encaminhou em anexo cópia do Inquérito Civil nº 06.2015.00006216-6 com a finalidade de solicitar consulta sobre as providências a serem adotadas por esta Promotoria em relação ao passivo de droga existente na delegacia local e sobre o qual se mostra impossível a localização dos inquéritos/processos correspondentes, desde já se indagando da possibilidade de se promover a destruição de referida droga já que seu depósito na delegacia não oferece qualquer serventia para o curso do inquérito/processo respectivo (cuja identidade exata se desconhece), oferecendo risco hipotético, inclusive, de desvio para fins ilegais."

É o relatório.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

Compulsando os autos, verifica-se que a consulta diz respeito as providências que deverão ser adotadas pelo Consulente com relação as drogas apreendidas e depositadas na Delegacia, tendo aduzido, em seus argumentos, que as drogas não oferecem nenhuma serventia para o curso do inquérito/processo.

Os artigos 50 e 50-A, da Lei número 11.343/2006, que tratam a respeito da temática em questão, mencionam quais providências deverão ser adotadas, senão vejamos:

Art. 50. Ocorrendo prisão em flagrante, a autoridade de polícia judiciária fará, imediatamente, comunicação ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto lavrado, do qual será dada vista ao órgão do Ministério Público, em 24 (vinte e quatro) horas.

§ 1º Para efeito da lavratura do auto de prisão em flagrante e estabelecimento da materialidade do delito, é suficiente o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, firmado por perito oficial ou, na falta deste, por pessoa idônea.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97 – Candelária
CEP 59065-555 – Natal/RN

Telefonefax: 3232-7136 – e-mail: cgmp@mprn.mp.br

§ 2º O perito que subscrever o laudo a que se refere o § 1º deste artigo não ficará impedido de participar da elaboração do laudo definitivo.

§ 3º Recebida cópia do auto de prisão em flagrante, o juiz, no prazo de 10 (dez) dias, certificará a regularidade formal do laudo de constatação e determinará a destruição das drogas apreendidas, guardando-se amostra necessária à realização do laudo definitivo.

§ 4º A destruição das drogas será executada pelo delegado de polícia competente no prazo de 15 (quinze) dias na presença do Ministério Público e da autoridade sanitária.

§ 5º O local será vistoriado antes e depois de efetivada a destruição das drogas referida no § 3º, sendo lavrado auto circunstanciado pelo delegado de polícia, certificando-se neste a destruição total delas.

Art. 50-A. A destruição de drogas apreendidas sem a ocorrência de prisão em flagrante será feita por incineração, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da data da apreensão, guardando-se amostra necessária à realização do laudo definitivo, aplicando-se, no que couber, o procedimento dos §§ 3º a 5º do art. 50.

Por sua vez, o artigo 72, do mesmo diploma legal, dispõe que:

Art. 72. Encerrado o processo penal ou arquivado o inquérito policial, o juiz, de ofício, mediante representação do delegado de polícia ou a requerimento do Ministério Público, determinará a destruição das amostras guardadas para contraprova, certificando isso nos autos. (NR)

Infere-se, dos autos, que a alternativa que se adéqua à legislação é a incineração das drogas apreendidas que se mostram imprestáveis para o processo, nos termos da legislação acima transcrita. A observância dos prazos suso mencionados tem por escopo evitar que as drogas sejam desviadas, subtraídas ou que sejam alvo de Organizações Criminosas. Portanto, a alternativa mais ponderada e eficaz, tanto no aspecto jurídico, quanto no aspecto social, é a incineração ou destruição das drogas.

É de bom alvitre consignar que a preocupação primordial da reforma legislativa, promovida pela Lei 12.961/2014, foi dar celeridade ao processo de in-



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97 – Candelária

CEP 59065-555 – Natal/RN

Telefonefax: 3232-7136 – e-mail: cgmp@mprn.mp.br

cineração das drogas apreendidas, preservando-se apenas as amostras necessárias a realização do laudo definitivo quando necessária ao processo. O legislador, por prevenção, optou por um procedimento rápido, a fim de eliminar os riscos de subtração das drogas depositadas em locais que não oferecem segurança adequada.

Verifica-se, dos autos, que o Promotor de Justiça instaurou inquérito civil público com o escopo de investigar os fatos e constatou, após período de investigação, que há uma quantidade considerável de drogas apreendidas que se encontram dissociadas dos inquéritos ou das ações penais respectivas, sendo, portanto, imprestáveis a persecução penal, segundo informações prestadas pelo Promotor de Justiça.

Vejamos trecho do despacho de fl. 58, proferido pelo Dr. Roger de Melo Rodrigues:

Quanto às informações já colhidas, percebe-se que existe um grande quantitativo de drogas fisicamente apreendidas junto na Delegacia de Polícia Civil local, cujos procedimentos policiais respectivos já não mais se encontram em tramitação naquela unidade e cujo paradeiro se desconhece (vide fls. 36 e 41)

Realizada a sondagem junto à antiga Vara Criminal dessa comarca (hoje 3ª Vara), apenas se identificaram 5 processos dos feitos policiais constantes na lista de fl. 41 (vide fl. 53), de modo que quanto a todos os outros feitos policiais listados e que têm drogas apreendidas na delegacia não há como se identificarem os respectivos processos judiciais a que estão vinculados.

Quanto a essa situação, cabe asseverar a notória desorganização do cartório da unidade policial em tempos passados, o que ensejou o problema aqui focado.

De qualquer forma, desse modo, há atualmente um relevante quantitativo de drogas na delegacia sem qualquer identificação idônea de respectivos inquéritos ou processos, o que nos leva a questionar as providências a serem adotadas por essa Promotoria no caso concreto.

Sendo assim, o propósito para não se destruir os tóxicos



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97 – Candelária
CEP 59065-555 – Natal/RN

Telefone/fax: 3232-7136 – e-mail: cgmp@mprn.mp.br

apreendidos sem nenhum desígnio só trará transtornos às autoridades responsáveis em combater o crime e trará risco iminente de outras perturbações desnecessárias já exauridas neste documento.



Por consectário, este Promotor Corregedor entende que o procedimento de manter, na Delegacia, drogas apreendidas, conforme exposto no presente parecer, não encontra respaldo legal na legislação vigente, tendo em vista que os artigos 50 e 50-A, da Lei 11.343/2006, determinam que as drogas apreendidas, **quando não mais interessam a persecução penal e após elaboração de laudo pericial**, deverão ser destruídas no prazo de 30 dias, não havendo mais necessidade de ser mantida na situação encontrada no presente momento.

No entanto, diante da desorganização relatada pelo douto Promotor, após período de investigação, faz-se necessário que o membro do Ministério Público faça uma análise da situação e verifique a pertinência ou não de instauração de procedimento visando a apuração dos fatos.

É o parecer.

Encaminhe-se ao Corregedor Geral do Ministério Público.
Natal, 25 de junho de 2018.


ALEXANDRE MATOS PESSOA DA CUNHA LIMA,
PROMOTOR CORREGEDOR



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Procedimento de Gestão Administrativa nº 19.283/2018

Assunto: Consulta .

Interessado: ROGER DE MELO RODRIGUES.

DECISÃO

Aprovo e adoto o Parecer lavrado pelo Promotor Corregedor ALEXANDRE MATOS PESSOA DA CUNHA LIMA como razão de decidir, razão pela qual **determino o ARQUIVAMENTO** dos autos.

Dê-se ciência da decisão ao Dr. Roger de Melo Rodrigues, 4º Promotor de Justiça de Ceará-Mirim, encaminhando-lhe, por e-mail funcional, cópia do Parecer e desta Decisão.

Efetue-se a baixa deste procedimento nos registros respectivos.

Em seguida, **remetam-se** os autos ao arquivo.

Natal, 27 de junho de 2018.

Sayonara Café de Melo

Corregedora-Geral do MPRN, em substituição.